

MICHAEL VESTER *

A REFORMA AGRÁRIA PORTUGUESA
COMO PROCESSO SOCIAL

Aquela pomba tão branca
Todos a querem p'ra si
Ó Alentejo queimado
Ninguém se lembra de ti

Aquela andorinha negra
Bate as asas p'ra voar
Ó Alentejo esquecido
Inda um dia hás-de cantar

(José Afonso, «Cantar Alentejano»)

Neste artigo, proponho-me dar conta dos resultados essenciais de alguns estudos bastante extensos sobre a Reforma Agrária portuguesa, elaborados desde 1976 por jovens cientistas alemães ocidentais e portugueses na sequência de estadias regulares, tanto de trabalho como de investigação, em cooperativas do Alentejo. Na elaboração destes estudos não nos interessavam apenas os aspectos políticos e económicos da Reforma Agrária, mas sobretudo os processos sociais no seio dos quais o movimento das cooperativas agrícolas, partindo sobretudo das suas próprias forças, conseguiu desenvolver o potencial de uma espantosa dinâmica económica e social numa região periférica da Europa, por tradição subdesenvolvida. De onde surgiram a força e a direcção deste movimento? Quais foram as suas contradições? Qual foi o papel desempenhado pelas condições políticas?

* Professor do Instituto de Ciências Políticas da Universidade de Hannover.

1. DINÂMICA SOCIAL E BLOQUEAMENTO POLÍTICO

Quando as soluções reais dos problemas estão bloqueadas, as pseudo-soluções tornam-se mais atractivas. Um exemplo é a entrada na Comunidade Económica Europeia. A dinâmica do desenvolvimento económico de Portugal encontra-se bloqueada. A entrada na CEE trará dinâmica a Portugal. Mas que espécie de dinâmica?

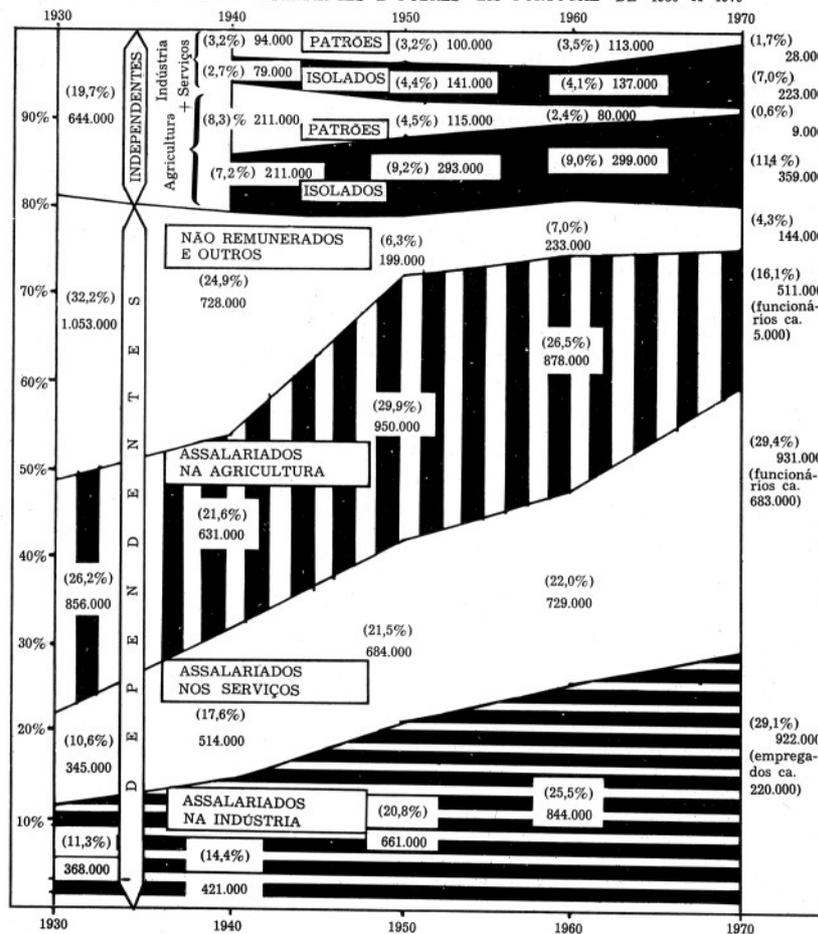
É de recear que ela torne os fortes cada vez mais fortes e os fracos cada vez mais fracos. O que é que poderá impedir que a «europeização» dos centros de desenvolvimento industriais e urbanos do litoral venha acentuar o subdesenvolvimento do interior e do Sul? E como poderá ser reduzida a enorme oposição entre o bem-estar das camadas mais altas e a pobreza da grande massa do povo?

Mesmo uma alternativa «socialista» deixa dúvidas — pelo menos na sua forma tradicional. A população portuguesa na sua maioria não é constituída por proletários que desejam uma colectivização das empresas. É verdade que nos últimos cinquenta anos se verificou uma forte poralização da sociedade portuguesa. Mas não se tratou de uma proletarização no sentido de transformação em trabalhadores assalariados. As estatísticas dão-nos uma imagem diferente ⁽¹⁾. De 1930 a 1970, sob a ditadura fascista, teve lugar uma transformação, uma *modernização*, como mostra o gráfico da página seguinte.

Segundo este gráfico, o peso da camada de proprietários manteve-se constante, 20 por cento, mas dentro desta camada assistiu-se a um forte empobrecimento. O número de «isolados», que já não podem pagar a assalariados, subiu de 10 para 18 por cento. Também o número de trabalhadores por conta de outrem se manteve inalterável entre 1930 e 1970, 80 por cento. Mas no seio deste grupo deu-se uma forte modernização. Em 1930, 32 por cento ainda trabalhavam no quadro da própria família, em 1970 apenas 4 por cento estavam nesta situação. Também no número de assalariados e empregados do sector agrícola se deu uma redução de 26 para 16 por cento. Paralelamente, verificou-se um acréscimo dos empregados da indústria de 11 para 29 por cento, o mesmo acontecendo no sector de

(1) O gráfico aqui inserido baseia-se em: Eduardo de Freitas, «Polarização das Relações Sociais em Portugal. 1930-1970», *Análise Social*, n.º 39 (1973), pp. 454-507; Instituto Nacional de Estatística, *A População de Portugal*, Lisboa, 1976.

O AUMENTO DAS CLASSES DEPENDENTES E POBRES EM PORTUGAL DE 1930 A 1970



(N.B. Os números absolutos só indicam a dimensão aproximada).

serviços. Mas, mesmo assim, a maioria dos portugueses ainda não foi transformada em assalariados. Se o número de trabalhadores manuais subiu para cerca de 45%, subiu também, ao mesmo tempo, o número de empregados mais bem remunerados, e existe um exército de desempregados e emigrantes.

A «modernização» e «diferenciação» da estrutura de classes portuguesa é uma das faces da moeda. Ela tem também um enorme significado real. A sociedade portuguesa encontra-se fortemente segmentada. As várias classes, grupos, regiões, etc.,

têm culturas e ideologias diferentes, sendo, até certo ponto, estranhas entre si. Esta diferença entre as camadas sociais e esta segmentação acentuam-se extremamente quando observamos a outra face da moeda. Sob o efeito do fascismo e da crise económica mundial a que assistimos desde os anos 70, deu-se um aumento da polarização em termos de camadas sociais privilegiadas e marginalizadas. Nos últimos cinquenta anos não assistimos, portanto, a uma proletarização, mas sim a uma marcada *plebeização*, isto é, a um aumento do peso das camadas trabalhadoras e pobres e a um acentuar dos contrastes sociais.

Esta estrutura de classes traz consigo duas consequências, com importância para a Reforma Agrária do Alentejo: por um lado existe uma *maioria de esquerda*; por outro lado, essa maioria não pode afirmar-se enquanto hegemonia de uma classe ou partido (por exemplo, trabalhadores-comunistas ou classes médias-socialistas), antes tem de ser *pluralista*.

Já em 1975 uma revolução puramente proletária não estava em condições de alcançar a maioria. Ela esbarrou contra a oposição da esquerda do MFA, simbolizada, de forma diferente, por Melo Antunes e por Otelo. Assim se atingiu um autobloqueamento da revolução, que, sem dúvida, facilitou a vitória das forças restauracionistas em 25 de Novembro de 1975, desperdiçando-se a oportunidade histórica de uma revolução social pluralista de esquerda, pluralista na medida em que cada um dos grupos heterogêneos do «povo» poderia ter concretizado os seus próprios processos de aprendizagem e as reformas sociais do seu interesse. Foi assim que, por exemplo, o medo dos pequenos proprietários mais pobres relativamente à colectivização «comunista», tanto nas cidades como no Alentejo, pôde ser tomado como argumento pelas forças restauracionistas.

É um facto, no entanto, que, devido à plebeização e à experiência da ditadura fascista, a maioria vota na esquerda. Desde 1975 que os «partidos de esquerda» (incluindo o PS) têm tido a maioria dos votos — o mesmo acontecendo com o presidente Ramalho Eanes, que simboliza um consenso de esquerda (ainda que ambivalente). Através de um sistema eleitoral que privilegia os grandes partidos, os partidos da AD conseguiram, porém, em 1980/83, formar um governo de direita e impor uma forte política de restauração contra as reformas de 1975. O partido socialista, a partir de 1983 novamente o principal partido do governo, não pode ou não quer desenvolver uma dinâmica de esquerda à imagem da Grécia, se bem que disponha para tal

de uma maioria segura. Preocupa-se com chamar a si os «restantes» portugueses, que não querem votar na direita, nos comunistas, ou nos esquerdistas. Será que não existem outras alternativas? Sou de opinião que não podemos culpar apenas o PS pelo facto de uma política de esquerda se encontrar bloqueada. O bloqueamento de uma dinâmica alternativa em Portugal parece ser antes o problema da *classe política* no seu todo, o que vem associar-se à acentuada *segmentação* de Portugal, em diferentes zonas sociais, regionais e culturais.

Apesar da diversidade dos partidos políticos, existe um *habitus* comum ⁽²⁾ dos profissionais da política. Eles seguem uma orientação intelectual burguesa e mantêm uma grande distância relativamente às classes de trabalhadores manuais. O cerne da política é para eles o controlo das instituições do poder, das decisões programáticas, legislativas ou administrativas. As forças e os movimentos sociais são para eles mais objectos que outra coisa, seja como clientela própria, seja como base do poder da oposição, mas sempre, em qualquer caso, necessitados de uma «directão». Quando, em 1975, foi partido dirigente, o PCP seguiu esta orientação de poder, e assim contribuiu para o bloqueamento e desentendimento a que hoje assistimos no seio da esquerda. A concorrência pelo poder político provoca uma *quase total paralisia mútua entre os partidos* e um *desconhecimento quase completo das realidades sociais*. As frequentes mudanças de governo constituem apenas um sintoma dessa paralisia. E se um primeiro-ministro considera o aumento da miséria e da pobreza como simples propaganda comunista, é com certeza porque não faz, efectivamente, a mínima ideia do que se passa.

O bloqueamento do desenvolvimento social e económico não é de forma alguma a expressão de um mitológico «carácter nacional português». Ele é o resultado conjunto de condições sociais concretas, aqui apenas resumidamente apresentadas ⁽³⁾, que a débil posição de Portugal no mercado mundial e no sistema político internacional agrava ainda mais. A entrada na Comunidade Económica Europeia — se não se efectuarem modificações consideráveis na relação de forças dentro da CEE — irá acentuar as distâncias entre os grupos e regiões de Portugal.

⁽²⁾ Sobre o *habitus* Pierre Bourdieu, *La distinction*, Paris, 1979.

⁽³⁾ Cf. Rainer Eisfeld, *Sozialistischer Pluralismus in Europa. Ansätze und Scheitern am Beispiel Portugals*, Köln, 1984.

Este facto dirá sobretudo respeito ao Sul de Portugal, ao Alentejo. Por que motivo é que no Alentejo as coisas haveriam de passar-se de forma diferente do que aconteceu no Sul de Itália, para o qual a entrada na CEE não representou o fim do subdesenvolvimento?

2. UMA REFORMA AGRÁRIA BASEADA NAS COOPERATIVAS COMO TERCEIRA VIA?

Ao bloqueamento político corresponde um bloqueamento da percepção. O Alentejo há muito que está esquecido e se tornou desconhecido. É isto precisamente que propicia o surgimento de tantos mitos e preconceitos em torno dele. O mecanismo mais funesto desta percepção errada reside no esquema «comunista/anti-comunista», que não admite uma terceira via.

Aqueles que encaram a Reforma Agrária no Alentejo como um passo importante na luta contra o subdesenvolvimento ficam entre dois fogos. Da perspectiva da classe política e da inteligência metropolitana, eles incorrem no erro ingénuo de idealizarem e subestimarem o papel do PCP. Os comunistas teriam o Alentejo quase completamente sob o seu domínio, tendo aí implantado o modelo soviético dos kolkoses. A partir daí tudo se desenrolaria de forma totalitária e antidemocrática prevalecendo, além disso, uma má administração: o aparelho burocrático impossibilitaria a iniciativa privada e, faltaria, por outro lado, aos trabalhadores do campo a inteligência de prever o futuro (eles ter-se-iam atribuído salários altos e esquecido os investimentos). Assim se teria levado a Reforma Agrária à bancarrota. Os intelectuais radicais de esquerda são também da opinião que a Reforma Agrária falhou. Mas eles ou não conhecem a região ou não voltaram lá desde os anos quentes de há uma década atrás. Esta região fica apenas a 50 km de Lisboa, mas a distância social é enorme. Eles nem sequer sabem que existem ainda hoje no Alentejo 330 cooperativas, cobrindo 428 000 hectares de terra (o que corresponde à área do distrito de Vila Real, ou a onze vezes a área de Berlim Ocidental). Eles estão persuadidos de que a Reforma Agrária há muito foi vencida pela repressão estatal. E assim se legitima o próprio esquecimento.

Outros, ao contrário, idealizam a Reforma Agrária. Encaram-na como uma organização espontânea, perfeita e sem problemas a partir das bases, orientada por técnicos experientes,

e controlada por uma opinião pública democrática perfeita. De acordo com este mito, os trabalhadores e trabalhadoras do campo ter-se-iam mostrado sempre desinteressados, solidários, laboriosos, inteligentes e optimistas, e, sobretudo entre as mulheres, ter-se-ia assistido a uma forte emancipação cultural. O PCP é por eles idealizado de forma idêntica.

Este esquema de idealização e demonização não tem, manifestamente, nenhum valor científico e é errado do ponto de vista empírico. De qualquer forma, ele é corrente nas discussões científicas, e muitas vezes bloqueante. É precisamente por isso que me proponho defender a posição de uma *terceira via*, partindo da opinião de que os inimigos da Reforma Agrária cometem exactamente os mesmos erros que aqueles entre os seus amigos que a encaram de forma acrítica. Trata-se de uma mitificação dupla da realidade social.

1) A criação a partir de cima: há muito quem considere que a Reforma Agrária foi criada e instituída a partir de cima, a partir da esfera do poder político. Alguns consideram-na mesmo como o resultado de directrizes vindas de cima, quem sabe se até de Moscovo.

2) A idealização: partindo de um esquema amigo/inimigo ignoram-se as diferenças e as contradições. Deste modo, a Reforma Agrária surge, ou como democracia ideal, ou como persistência de um modelo comunista. Os políticos, que procuram uma terceira via, como a seu tempo o ministro socialista da agricultura Lopes Cardoso, são esmagados entre as duas frentes.

Um estudo empírico mais rigoroso das cooperativas do Alentejo sugere uma compreensão da Reforma Agrária totalmente diferente:

2.1. A Reforma Agrária como processo social

A Reforma Agrária não foi uma institucionalização a partir de cima. Ela foi, de facto, possibilitada pelo vazio do poder de então, mas a sua energia e dinâmica provieram do movimento social dos próprios trabalhadores do campo. Sem dúvida que o Partido Comunista desempenhou um papel importante, mas de uma forma muito mais vulgar e banal do que aquilo que muitas vezes se julga. Anteriormente a 1974, este partido, tal como demonstrou Pacheco Pereira (4), era forte apenas nalgu-

(4) José Pacheco Pereira, *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal*, Lisboa, 1982.

mas regiões do Alentejo, e os seus militantes alentejanos eram relativamente independentes das cúpulas do partido. O PCP não tinha qualquer monopólio no Alentejo, os outros partidos é que estavam ausentes. Em 1975, o PCP tornou-se forte, porque os trabalhadores rurais não encontravam em muitos sítios outros defensores na luta contra os latifundiários. A direcção das ocupações e das cooperativas estava geralmente nas mãos dos homens das aldeias que tinham um lugar de destaque e militavam nos sindicatos, e que, em muitos casos, só se tinham tornado membros do PCP em 1975. O PCP tornou-se hegemónico, mas não onnipotente. Muito mais forte do que ele eram, a um nível mais baixo, a estrutura social da aldeia e dos seus dirigentes, a mentalidade e o *habitus* das pessoas, e a diferenciação social dentro das aldeias em função da idade, do sexo, da família, etc.

2.2. A Reforma Agrária como processo contraditório

Os sucessos e problemas das cooperativas estiveram sobretudo relacionados com esta estrutura histórica das aldeias. Não era um modelo «soviético» que decidia o dia-a-dia das cooperativas, mas sim as discussões em torno das contradições no seio das aldeias. Os grandes sucessos económicos da maior parte das cooperativas até 1979 (aos quais me referirei novamente mais adiante) basearam-se numa «economia do trabalho», numa forte motivação interior, que levava a trabalhar duramente e com salários muitas vezes baixos, para se manter um emprego seguro ao longo de todo o ano, ao contrário do desemprego virtual do tempo dos grandes proprietários⁽⁵⁾. Geraram-se, contudo, algumas contradições na medida em que a massa dos associados, com medo dos ordenados baixos, tentava frequentemente travar os planos de investimento dos dirigentes. A isto acresciam as contradições entre o princípio da solidariedade da cooperativa no seu conjunto e o egoísmo dos seus grupos particulares, entre a cautela camponesa tradicional e a abertura para a modernização, entre a reivindicação de igualdade e democracia, e a comodidade de entregar as tarefas mais difíceis a uma oligarquia de dirigentes e especialistas. O problema residia em conseguir conciliar estes contrastes através de debates e processos de aprendizagem democráticos. Em princípio,

⁽⁵⁾ Cf. Afonso de Barros, *A Reforma Agrária e a Transformação do Sul* (Manuscrito), Lisboa, 1983.

até à ofensiva do governo AD, em 1980, contra a Reforma Agrária a maior parte das cooperativas conseguiram fazê-lo. Mas apenas em princípio: não pretendemos omitir o facto de que nesta época também surgiram estruturas oligárquicas e burocráticas, que, não raras vezes, foram afastados grupos minoritários, que o estatuto das mulheres e dos jovens apenas parcialmente foi melhorado, e que a dinamização cultural só em pequena parte resultou. Na maioria dos casos, porém, estamos aqui perante falhas que podem ser corrigidas através de processos de aprendizagem mais longos por uma geração mais jovem. É, no entanto, indispensável para um tal processo de aprendizagem que as cooperativas não sejam espoliadas a partir de fora dos frutos do seu trabalho, sobretudo através de intervenções estatais, o que só irá intensificar as estruturas do medo e a desagregação da solidariedade.

Da Reforma Agrária resultou, apesar de todas as dificuldades, a descoberta de uma terceira via entre os conceitos soviético e tecnocrático de modernização da agricultura. A modernização tecnocrática não é aceitável para os trabalhadores rurais das zonas de latifúndio, por conduzir à multiplicação do desemprego através da introdução da tecnologia e da racionalização, tal como aconteceu, por exemplo, na Andaluzia. O modelo soviético acentua também demasiado a importância da tecnologia e da grande produção e, pelo peso excessivo dado à direcção burocrática, deixa pouco espaço às motivações individuais. Esta insuficiência da política agrária comunista está apenas a ser corrigida na China — através da combinação entre cooperativas e interesses individuais, entre o mercado e as garantias estatais. No Alentejo, a Reforma Agrária desenvolveu também uma alternativa, na qual os mecanismos da auto-regulação desempenham um importante papel: a democracia interna e a união das cooperativas fortalecem o equilíbrio de interesses e a auto-ajuda; o quadro exterior de uma economia de mercado e de uma democracia parlamentar assegurou, apesar de tudo, antes das contra-ofensivas, um clima «neutral» que permitiu às cooperativas prosperar de certa forma. Apesar de algumas falhas, a Reforma Agrária portuguesa demonstra, no seu conjunto, que uma via livre e democrática se pode associar a consideráveis sucessos económicos.

Até agora deixei de lado as camadas mais altas do poder, e estou também um pouco céptico relativamente a saber se a central lisboeta do PCP ultrapassou a orientação política de 1975, com a qual ela própria contribuiu para o bloqueamento de

uma terceira via socialista. No que diz respeito ao Alentejo, porém, as nossas investigações confirmam que o PCP é, a nível das autarquias, um partido honesto que incentivou o desenvolvimento da região através de muitos investimentos sociais. Neste ponto ele não se diferencia muito dos comunistas italianos e da social-democracia alemã. É também indiscutível que o PCP se serve do seu poder local e desenvolve os aspectos burocráticos e oligárquicos que já Robert Michels, na sua sociologia dos partidos de 1910, tinha verificado no Partido Social-Democrático Alemão ⁽⁶⁾. Neste ponto o PCP não é pior que os outros partidos portugueses. Ao mesmo tempo os funcionários do PCP são uma importante instituição moral e integradora. Do ponto de vista cultural e emocional, ele ocupa o espaço social que noutros locais é preenchido pela Igreja Católica; política e socialmente, ocupa o espaço social dos partidos social-democráticos clássicos da Europa.

Cabe aos cientistas sociais criticar o despotismo e as estruturas autoritárias em *todas* as organizações. Mas também é seu papel, à maneira da «sociologia compreensiva» de Max Weber, investigar as condições em que se desenvolvem essas estruturas. A sociedade produz em muitas pessoas carências e angústia e, assim, o desejo de consolo, orientação, apoio, etc., condições que, precisamente, a Igreja e os partidos operários clássicos oferecem também às pessoas.

O escopo do presente artigo é forçosamente limitado. Falta-me o espaço para uma análise concreta dos níveis «mais altos» do poder político e da economia, assim como do processo de desenvolvimento económico das cooperativas e do Alentejo ⁽⁷⁾. O problema em debate é aqui outro: até que ponto a Reforma Agrária foi e é expressão da tradicional «cultura do quotidiano», da «economia moral», do *habitus* e dos costumes das comunidades rurais do Alentejo? No plano teórico, esta questão liga-se à teoria de E. P. Thompson e de outros sobre a

⁽⁶⁾ Robert Michels, *Zur Soziologie des Parteienwesens in der modernen Demokratie*, Stuttgart, 1970.

⁽⁷⁾ Cf. Afonso de Barros, *op. cit.*; A. de Barros, *A Reforma Agrária em Portugal*, Oeiras, 1979; Fernando Oliveira Baptista, *Portugal 1975 — Os Campos*, Porto, 1978; Winfried Borowczak, «Die Agrarreform in Portugal — Politische Blockade und Sozioökonomische Folgen», in P. Koch/W. Borowczak (org.), *Agrarreform in der Kapitalistischen Peripherie*, Bielefeld, 1979; Peter Jüngst (ed.), *Portugal nach 1974*, Vol. 2, *Beiträge zur Agrarreform in Portugal*, Kassel, 1982.

economia moral e a cultura das classes mais baixas ⁽⁸⁾. No plano empírico, oriento-me sobretudo pelo estudo social e etnológico de alto nível *Ricos e Pobres no Alentejo* de José Cutileiro, e pelas investigações nas cooperativas desenvolvidas pelo nosso grupo a partir de 1975 ⁽⁹⁾. Do ponto de vista político e moral, estou muito perto da posição que Miguel Torga representou durante a revolução portuguesa:

«Num esforço cívico, venci a timidez e desci à praça pública, a pugnar por um socialismo fraterno de raiz anarquista. O comunitarismo espontâneo das minhas seras — as vezeiras dos gados, as águas de regadio quinhoadas, as mútuas, a entreatada nas fainas, o forno e o boi do povo — serviam-ce agora de paradigmas.» ⁽¹⁰⁾

Na última parte deste artigo irei precisar a relação entre as comunidades rurais e as cooperativas. Aí tornar-se-á claro, que o que importa não é uma idealização romântica, mas uma investigação empírica das contradições da «economia moral» das cooperativas do Alentejo. Mas, primeiramente, é necessário chamar à memória as fases da Reforma Agrária nas quais essa «economia moral» produziu efeitos.

⁽⁸⁾ E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class*, London, 1983; e *Plebejische Kultur und Moralische Ökonomie* Berlin, 1980. Cf. James Scott, *The Moral Economy of the Peasant*, New Haven, 1976; M. Vester, «Die Portugiesische Agrarrevolution als Versuch einer neuen Moralischen ökonomie», in: P. E. Stüdemann/M. Rector (org.), *Arbeiterbewegung und Kulturelle Identität*, Frankfurt, 1983.

⁽⁹⁾ José Cutileiro, *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, 1977; Cordula Stucke, *Analyse Psychosozialer Aspekte gesellschaftlichen Handelns am Beispiel eines Dorfes in Sülpotugal*, tese de mestrado, Hamburg, 1981; Andreas Rebers, *Bedingungen und Möglichkeiten Kollektiven Solidarischen Handelns — Am Beispiel einer Landkooperative in Portugal*, tese de exame de Estado, Hannover, 1981; Winfried Borowczak, *op. cit.*; Wolfgang Sieber, *Entstehung und Akkumulationsverhalten von Genossenschaften*, Bielefeld, 1981; M. Vester/Fritz von Wedel/Karl Heisel/Wolfgang Sieber (org.), *Die vergessene Revolution, Sieben Jahre Agrarkooperativen in Portugal*, Frankfurt 1982; M. Vester, *op. cit.* (nota 8); Gabriele Bargel, *Lebens- und Arbeitsbedingungen der Landarbeiterinnen des Alentejo und Ribatejo Portugals*, relatório de investigação, Bielefeld, 1983; Rui Jorge Correia Costa, *Die Bedeutung der Portugiesischen Agrarreform für die Veränderung der Lebens- und Arbeitsverhältnisse der ländlichen Bevölkerung. Eine empirische Untersuchung zur Entwicklung ausgewählter Kooperativen im Kreis Alcácer do Sal*, relatório de investigação, Hannover, 1985.

⁽¹⁰⁾ Miguel Torga, *A Criação do Mundo (O Sexto Dia)*, Coimbra, 1981, p. 192.

3. A REFORMA AGRÁRIA COMO PROCESSO POLÍTICO-SOCIAL (1974-1985)

As fases da Reforma Agrária individualizam-se de acordo com as diferentes constelações políticas, que se foram desenvolvendo em Portugal. Estas constelações colaboraram com os processos sociais na base da Reforma Agrária através do mecanismo de bloqueamento e dinamização. Os bloqueamentos não actuaram simplesmente ao nível macro-político, a partir de cima. Também na base, na aldeia, as energias sociais podem bloquear-se mutuamente — ou motivar-se — ou pelo menos tolerar-se. De uma forma bastante simplificada, distinguem-se principalmente quatro períodos:

- (1) Durante a *revolução* (1974-75), um vazio de poder permitiu o desbloqueamento gradual das energias sociais, uma ocupação das herdades pelas pessoas que nelas trabalhavam, e também uma legalização dessas ocupações pelo governo. As tentativas do PCP de se servir deste facto em seu proveito fizeram o jogo da política centrista (apoiada internacionalmente), que, em 25 de Novembro de 1975, terminou com o vazio do poder.
- (2) Seguiu-se uma «*restauração suave*» (1976-79) sob governos socialistas e presidenciais. Ela impediu e reduziu a Reforma Agrária, mas não conseguiu bloquear a sua dinâmica de desenvolvimento (por exemplo, o aumento da produção e dos postos de trabalho). A impossibilidade de reconciliação e a concorrência dos partidos de esquerda impediram, no entanto, que se formasse uma base mais larga para uma reforma política de esquerda.
- (3) O governo AD, apoiado por uma maioria parlamentar, serviu-se deste poder para seguir uma política de «*restauração dura*» da propriedade capitalista e dos privilégios sociais (1980-1982). Através de uma onda de restituições sem paralelo, seguindo meios legais e ilegais, as cooperativas perderam, sem qualquer espécie de indemnização, cerca de metade das suas terras, dos seus postos de trabalho, do seu gado, etc.
- (4) A última fase (1983-85) foi uma época de *sobrevivência* e de desorientação. Apesar da vitória eleitoral dos partidos de esquerda, não se formou uma coligação de esquerda, que talvez pudesse ter introduzido uma nova dinâmica na política de reformas. Em vez disso, o PS formou uma coligação com um dos derrotados das eleições, o PSD, uma coligação que parecia apenas preocupar-se com a manutenção do poder, uma vez que a sua capacidade de acção estava completamente bloqueada pela existência de interesses diferentes no seu interior. Este facto conduziu em 1985 à ruptura da coligação e a novas eleições. Para as cooperativas da Reforma Agrária, este bloqueamento de acção significou que se verificaram menos iniciativas no sentido da destruição da Reforma Agrária do que em 1980. As cooperativas conseguiram sobreviver.

A estas quatro fases correspondem quatro constelações do poder governamental: esquerda — centro-esquerda — direita — centro-direita. O quadro anexo com os dados económicos das cooperativas ⁽¹¹⁾ mostra claramente os efeitos destas constelações na economia interna das cooperativas. A orientação da primeira fase traduz-se num acentuado desenvolvimento, na segunda fase, num crescimento travado, na terceira, numa marginalização parcial, e na quarta, na arte da sobrevivência.

O processo social que se desenvolveu nas aldeias da Reforma Agrária não foi uma consequência mecânica destas constelações políticas globais e também não decorreu de forma síncrona com elas. Seguiu leis próprias, decorrentes das estruturas e da história das aldeias e dos seus habitantes, que eu apresentarei no quarto ponto de forma sistemática. Mas, ao mesmo tempo, este processo social foi sempre também uma reacção às condições políticas. Apresentá-lo-ei brevemente como processo de experiência social, embora tenha que tomar-se em consideração que as condições variavam de local para local e de região para região (facto que tem de ser verificado empiricamente mais de perto), o que leva a que aqui só possam ser apresentadas algumas linhas gerais.

3.1. A revolução de 1974-75 parece ter surgido como uma surpresa, mas na realidade tinha raízes bastantes profundas nas tensões sociais reforçadas pela guerra colonial e pela incapacidade da velha oligarquia, depois da «queda» de Salazar, para efectuar reformas. Depois do 25 de Abril de 1974 aconteceu, de forma igualmente inesperada, o facto de centenas de milhar de homens e mulheres terem começado a dirigir eles próprios por algum tempo as suas fábricas, as suas casernas, as suas herdades, os seus bancos, as suas redacções, as suas casas, etc. Esta «revolução social» não foi, no entanto, o resultado de um plano consciente, mas da interacção quase espontânea das forças sociais. Esta interacção tinha sido despoletada pelo Movimento das Forças Armadas, o qual não se limitou a repor os direitos cívicos e políticos, mas também neutralizou praticamente as instâncias disciplinares do poder estatal (Exército, GNR, Polícia, Censura, PIDE, etc.). Em lugar dos poderes repressivos dominava agora a opinião pública libertada, a liberdade do indivíduo, dos sindicatos, etc. De início não se pensou logo em ocupações e expropriações; só em Maio de 1974 se inicia-

(11) Os dados baseiam-se em: Secretariado e Uniões das UCPs e Cooperativas Agrícolas, 4.^a, 5.^a, 6.^a, 7.^a, 8.^a, 9.^a Conferências das Reforma Agrária, Évora, 1980-1986; W. Borowczak, *op. cit.*, (nota 7).

REALIZAÇÕES DAS COOPERATIVAS	antes do 25-4-74	Revolução Agrária 1973-1976	«Restauração Suave»			«Restauração Dura»			«Sobrevida»	
			1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Número das Cooperativas		550			499	439	415	362	355	330
Área ocupada (ha)		1.130.000			885.000	561.000	528.000	498.700	473.000	428.000
Áreas cultivadas (ha)	94.500	271.000	265.000	312.000	279.000	315.000	191.000	148.500	113.700	103.490
— dos quais com regadio	9.300	16.000	21.000	20.170	19.950	22.000	10.500	11.400	6.250	8.790
Máquinas e Alfiéis	10.820	18.450	25.380	26.430	20.370	17.750	17.290	15.870	13.040	13.640
— dos quais tractores	2.630	4.150	4.560	4.370	3.760	2.750	2.680	2.510	2.160	2.150
— dos quais ceifeiras	960	1.720	2.060	2.900	2.280	1.450	1.440	1.420	1.180	1.170
— dos quais camiões	70	140	270	470	430	350	330	350	280	300
— dos quais motores	580	1.150	2.400	2.590	1.600	1.600	1.650	1.790	1.510	1.430
Percentagem na produção portuguesa										
— de cereais	9,4%			22,0%						
— de arroz	18,0%			37,0%						
— de tomate	9,0%			27,0%						
Bovinos	55.000	84.000	103.000	120.000	95.000	63.000	48.000	40.000	37.000	34.500
Ovinos e caprinos	272.000	401.000	437.000	484.000	424.000	317.000	299.000	272.000	237.000	214.000
Suínos	31.000	91.000	170.000	70.000	70.000	55.000	40.000	31.000	29.000	24.800
Postos de trabalho	21.700	71.900	64.200	59.000	43.900	26.000	25.000	22.550	20.300	19.550
— dos quais permanentes	11.100	44.100	45.200	43.000	34.000	21.000	16.100	15.330	12.710	11.250
(percentagem feminina)	(17%)	(31%)	(30%)	(30%)	(29%)	(29%)	(16%)	(18%)	(16%)	(16%)
— dos quais eventuais	10.600	27.800	19.000	16.000	9.900	5.000	8.900	7.220	7.590	8.300
(percentagem feminina)	(46%)	(43%)	(63%)	(69%)	(83%)	(90%)	(91%)	(91%)	(91%)	(89%)

ram os mais diversos movimentos de protesto contra a lentidão do desmantelamento da ditadura. Esses movimentos exigiam o despedimento dos quadros dirigentes das fábricas e das instituições comprometidos com a ditadura fascista, garantias para os salários e os postos de trabalho, etc. Numa democracia burguesa em funcionamento estas exigências teriam sido aceites e integradas segundo as regras da «luta de classes institucionalizada» (Th. Geiger). Os empresários, funcionários e políticos do antigo regime, ainda poderosos, encararam estas exigências porém como um atrevimento e reagiram de forma despropositada: apostaram nos planos de golpe de estado autoritário de Spínola, recusaram negociações, fecharam as empresas ou retiraram os capitais. Esta arrogância do poder provocou a ocupação de empresas e a viragem para a esquerda no poder governamental após a tentativa de golpe de estado de Spínola a 11 de Março de 1975. Esta viragem para a esquerda conduziu (por motivos que não cabe aqui determinar) a que não só a direita, mas também o centro-esquerda passassem à oposição e, finalmente, em 25 de Novembro de 1975, dissolvessem o COPCON e repusessem a «normalidade» da democracia burguesa e da luta de classes institucionalizada.

As ocupações dos latifúndios do Alentejo insere-se neste contexto⁽¹²⁾. Mas elas não decorreram de forma sincronizada com as movimentações nos centros urbanos, mas sim mais tardiamente, por efeito de uma certa inércia. Este facto pode estar relacionado com a mentalidade céptica dos camponeses e trabalhadores do campo, com a sua forma de organização em sindicatos e associações de pequenos agricultores muito diferenciados de região para região e com as organizações, ainda muito fortes, dos grandes agrários e dos intermediários. Após o aumento salarial verificado pouco depois do 25 de Abril, muitos dos grandes proprietários reagiram com um boicote dos salários e com uma retirada do capital, o que conduziu a uma redução nas culturas, no gado e nos postos de trabalho. O Estado estava demasiadamente fraco para poder impedir a descapitalização, o boicote dos salários e o desemprego. Por isso, no Inverno de 1974-75, alguns alugadores de máquinas e os seus assalariados entraram na acção directa. Começaram a explorar por conta própria os latifúndios que lhes estavam «vedados». A partir de Abril também alguns trabalhadores temporários começaram a ocupar terras e, em regra, os trabalhadores permanentes asso-

(12) Cf. F. Oliveira Baptista, *op. cit.* (nota 7); A. de Barros, *op. cit.* (nota 7); Vítor Matias Ferreira, *Da Reconquista da Terra à Reforma Agrária*, Lisboa, 1977.

ciaram-se-lhes. Finalmente a partir de Julho, apoiados por leis agrárias, por técnicos progressistas dos centros regionais da Reforma Agrária e por militares progressistas, iniciaram a fase política da ocupação das terras. Só então a onda de ocupações aumentou. No seu todo as cooperativas chegaram a deter 1,16 milhões de hectares de terrenos, mas, destes, em Julho de 1975 apenas tinham sido ocupados 13,4% e em Setembro, 26,7%. Há quem tire daí a conclusão de que a maior parte das ocupações foram impostas aos alentejanos a partir de fora, nomeadamente por funcionários comunistas. Segundo os estudos empíricos, foi antes o medo da repressão, que está, como é sabido, fortemente enraizado na mentalidade camponesa, que motivou a hesitação inicial. É também um facto que as cúpulas do PCP, por razões ligadas ao poder político, nos primeiros tempos só toleraram as ocupações contra vontade. O elemento activo das ocupações foram a consciência e a organização dos trabalhadores rurais, sobretudo os seus sindicatos. Quando aquelas eram fracas, também as iniciativas vindas de cima se malograram. Em resumo, a vanguarda da ocupação das terras não foi o Partido Comunista, mas sim os representantes da população implantados nas vilas e aldeias. Tratava-se em muitos casos de pessoas ligadas aos sindicatos e, assim, frequentemente de simpatizantes do PCP; em muitos outros casos, essas pessoas não estavam de início ligadas a qualquer organização ou partido, e por vezes tinham uma orientação socialista ou socialista de esquerda. Se as organizações socialistas se tivessem mostrado mais favoráveis à Reforma Agrária, teriam hoje uma posição mais forte relativamente ao PCP.

A legitimação da Reforma Agrária é empiricamente comprovada pelo facto de os trabalhadores rurais se terem rapidamente identificado com as cooperativas criadas e terem investido nelas um imenso trabalho. O motivo desta identificação e o princípio da economia das cooperativas são os mesmos: postos de trabalho garantidos para pessoas que, ao longo de gerações, só tinham encontrado postos de trabalho sazonais e salários baixos e incertos. Isto significa também a hegemonia dos antigos proletários rurais. Os pequenos e médios agricultores tiveram na Reforma Agrária um papel restrito, porque não tinham quaisquer organizações próprias e o apoio estatal para uma aliança com os trabalhadores rurais era muito fraco. O PCP era a favor dessa aliança, mas, na prática, fez normalmente muito pouco contra a marginalização dos pequenos e médios agricultores⁽¹³⁾. Mas isto significa apenas uma marginalização

(13) F. Oliveira Baptista, *op. cit.*, p. 39.

relativa. Na união das cooperativas de Grândola, por exemplo, estavam representados, ao lado de doze cooperativas, também quinhentos agricultores independentes.

No seu todo as cooperativas desempenhavam um papel importante, mas não dominante. A zona da Reforma Agrária abrange 41% da área total e 46% da área cultivada de Portugal Continental. Nos começos da Reforma Agrária apenas 33% dessa área pertenciam às cooperativas, 32% aos pequenos e médios agricultores e 35% aos capitalistas agrários. Estes últimos ocupavam apenas 25% dos trabalhadores, as cooperativas, 35%, e os pequenos e médios agricultores, 40% ⁽¹⁴⁾.

3.2. O 25 de Novembro de 1975 não trouxe o fim da revolução social em Portugal. A ocupação das empresas não se deu só no Alentejo e na agricultura. As cooperativas como nova relação de produção foram *institucionalizadas* e a defesa dos postos de trabalho era um motivo forte para se lutar durante anos pela consolidação e defesa das cooperativas. Até 1979 os governos conseguiram colocar de novo sob controlo capitalista ou estatal muitas empresas em autogestão. Mas, por outro lado, um grande número dessas empresas também conseguiu impor-se economicamente e alcançar o reconhecimento legal como cooperativas. Em finais de 1979 existiam ainda em Portugal 3572 cooperativas, mais 2622 do que antes da Revolução. Existiam 1286 cooperativas agrícolas, mais 885 do que antes da Revolução ⁽¹⁵⁾. A maior parte das novas cooperativas agrícolas tinham surgido a partir de ocupações na zona da Reforma Agrária. As cooperativas da Reforma Agrária estão reunidas na «Conferência da Reforma Agrária»: Em 1979 elas ainda eram 499; apenas 51 delas se tornaram vítimas da reprivatização estatal.

Até 1979 também os resultados económicos foram surpreendentes, tal como mostra o quadro. As 499 cooperativas tinham triplicado a área cultivada e duplicado o parque de maquinaria, o gado, e também a sua parte na produção nacional de cereais e arroz. Anunciava-se a possibilidade de Portugal poder prescindir das suas enormes importações de produtos agrícolas. Estes resultados foram quase exclusivamente produto de um esforço próprio, dado que o Estado recusava a ajuda financeira e organizativa necessária. Mesmo o próprio Banco Mundial se manifestou em 1978. Segundo ele podia:

⁽¹⁴⁾ W. Sieber, *op. cit.* (nota 9).

⁽¹⁵⁾ A. de Barros, *op. cit.* (nota 5), p. 11.

⁽¹⁶⁾ *Código Cooperativo*, Lisboa, 1980, Parte I, p. 7.

«no conjunto, falar-se de uma base de organização potencialmente boa, com mão de obra bem motivada, mas sem condições materiais para um desenvolvimento rápido palpável. Algumas cooperativas mostraram que, com uma ajuda mínima, eram capazes de alcançar tão bons ou melhores resultados do que os grandes proprietários tradicionais». ⁽¹⁷⁾

Antes de 1975, a maioria dos latifundiários tinha investido os seus lucros fora do Alentejo e privilegiado uma agricultura extensiva, que exigia menos mão-de-obra. As cooperativas seguiram a lógica oposta. Tendo surgido da luta contra o desemprego, elas investiram os seus saldos positivos na intensificação e diversificação da produção, de modo a poderem garantir emprego seguro durante todo o ano. A associação das cooperativas em uniões regionais permitia comercializar melhor os produtos, comprar mais barato, beneficiar da ajuda de técnicos agrários e de contabilistas, fazer investimentos conjuntos e iniciar uma indústria transformadora. Em colaboração com a nova administração local, foram melhoradas as infra-estruturas, através da construção de estradas, distribuição de água, equipamentos sociais, casas, abastecimento de energia eléctrica, etc. Por intermédio de um cultivo mais intensivo da terra, do melhoramento dos solos, e de mais de 200 novas albufeiras, deu-se início a uma reconstrução ecológica no Alentejo. A colaboração com os pequenos e médios agricultores melhorou, enquanto salários mais altos possibilitaram por todo o lado a construção de habitações e um melhor nível de vida. É verdade que o potencial de desenvolvimento de toda a região rapidamente foi travado pela política de bloqueamento do estado, mas, apesar de tudo, estava bem à vista.

De onde é que tinha vindo a energia para todos estes esforços de desenvolvimento? A adesão à ocupação das terras, de início de forma hesitante e mais tarde em avalanche, tinha libertado energias e esperanças há muito reprimidas. Este facto encorajou a que se ultrapassassem as fronteiras tradicionais da resignação e da cautela, da dependência familiar, e da abstenção no trabalho. De 1975 a 1978 cerca de 70 000 homens e mulheres, muitas vezes sem qualquer remuneração, investiram uma energia espantosa no desbravamento de terras abandonadas, na construção de barragens e sistemas de irrigação, investindo em novos rebanhos, em novas culturas, máquinas e instalações — e em novas formas de cooperação democrática.

⁽¹⁷⁾ World Bank, *Portugal — Agricultural Survey*, Washington, 1978, p. 175.

Ao mesmo tempo, não só foi preciso lutar contra obstáculos exteriores, contra a escassez de capital e crédito estatal, de meios técnicos, de mercados acessíveis, e, por último, contra a repressão da Reforma Agrária iniciada pelos socialistas. Foi também necessário ultrapassar as contradições internas da cultura tradicional, segundo a qual o assumir do controlo, o cálculo racional e o planeamento do futuro, a igualdade e a democracia, fora da esfera familiar, eram tidos como risco.

A cultura tradicional das comunidades alentejanas não pode ser só entendida como um obstáculo «irracional» ao desenvolvimento. Tal como irei expor no ponto 4 deste artigo de forma mais sistemática, a *comunidade rural* obedece a uma *estrutura dual*. Paralelamente ao egoísmo das famílias e de outros segmentos encontramos tradições de solidariedade e, paralelamente aos mecanismos de bloqueamento, potenciais dinâmicos. Ambos os elementos mostraram, ao longo da história da sociedade alentejana, serem importantes para a sobrevivência. Em situações de miséria, repressão e medo o fiel da balança tendeu muitas vezes mais para o egoísmo. Em épocas de desenvolvimento autocentrado ou de levantamentos populares (situação que se verificou repetidas vezes desde a Revolução de 1383), o fiel da balança tendeu para o lado dos processos de aprendizagem da solidariedade e da emancipação cultural. Era este o potencial da situação histórica até 1979.

3.3. A «restauração suave» tinha limitado e reduzido a Reforma Agrária. A «restauração dura» apontou, a partir de 1980, para o essencial. Serviu-se da expropriação dos recursos, primeiro, da terra e, depois, do capital investido e de outras fontes de riqueza. Durante as expropriações, através da manipulação do direito de reserva, do ignorar do direito de indemnização das cooperativas e de medidas violentas tomadas contra estas, foi largamente ultrapassado o nível de reprivatização permitido pela Lei Barreto de 1977. O nosso quadro mostra que as cooperativas, no ano da ofensiva cerrada, 1980, perderam um terço das terras, um quarto do gado e dos tractores, e 40% dos postos de trabalho. Sem qualquer indemnização as cooperativas foram também espoliadas de um sem-número de reservas em armazém de benfeitorias, tais como barragens, instalações, alfaias, além das sementeiras já feitas. Em finais de 1980 já só existiam 439 cooperativas com 561 000 hectares de terra, metade da superfície inicial, e apenas um sexto da superfície do Sul de Portugal.

A partir de 1981 efectuaram-se menos expropriações de terras. Em contrapartida, as cooperativas viram-se sob uma

pressão financeira asfixiante. A segurança social exigiu o pagamento das contribuições em atraso das entidades patronais. O Estado passou a ocupar-se da tiragem da cortiça e dos cortes de eucaliptos, importantes fontes de financiamento das cooperativas, a controlar a venda dos cereais e da carne, e a diminuir os subsídios para adubos e outros. O então ministro da Agricultura, Basílio Horta, esperava que apenas cem cooperativas em boa situação económica sobrevivessem a este tratamento de choque. As terras das 300 cooperativas «não-rentáveis» seriam entregues a arrendatários, que por sua vez empregariam assalariados. Além disso, as cooperativas deviam apresentar planos de desenvolvimento, sob pena de dissolução. Foram também reduzidas as garantias sociais e sindicais. A obra da barragem do Alqueva, no Guadiana, já em fase de construção, e que iria trazer ao Alentejo abastecimentos de água, de energia e um aumento da produção agrícola e gado foi posta de parte em favor de projectos no Norte, mais fiel ao governo.

Será que as medidas de marginalização atingiram os seus objectivos? Para muitas cooperativas, iniciou-se uma espiral descendente. A perda de terras e capitais fez baixar o fundo para salários e investimento dos períodos económicos seguintes, e, com isso, os rendimentos e os fundos para os períodos sucessivos. A pobreza das cooperativas, reforçada por uma seca de vários anos, e a perda de mais postos de trabalho, agudizaram os conflitos internos: direcções foram demitidas, minorias foram excluídas, alguns técnicos e pessoal mais especializado não eram pagos e iam-se embora, e isso conduziu a um novo recuo nos rendimentos. Nalguns casos a contra-revolução introduziu-se no comportamento psíquico das pessoas. Aumentou a desmoralização: os que não olhavam a meios trataram de se governar; os mais fracos resignaram-se, foram vítimas de depressões e doenças psico-somáticas; se não se recebia salário durante muito tempo, baixa fortemente o rendimento do trabalho. Em muitos casos, contudo, a desmoralização pôde ser impedida. No entanto, produziram-se modificações estruturais. Começou-se, por exemplo, com a diferenciação dos salários, dado a solidariedade se ter tornado demasiado fraca para ser usada como motivo (apenas no distrito de Setúbal existe ainda uma maioria a favor da igualdade salarial para os homens e para as mulheres, e em certas localidades mesmo a favor de salários iguais entre homens e mulheres).

Apesar de todos estes problemas não se chegou à morte das cooperativas. Criou-se é certo, uma polarização entre cooperativas prósperas e cooperativas empobrecidas. Mas em 1984, depois de mais uma série de reprivatizações, ainda subsistiam

330 cooperativas, com 428 000 hectares de terreno e um nível de actividade económica nas suas terras mais elevado do que antes de 1975. O latifundismo não pôde ser restaurado; como foi isso possível? No Alentejo existe uma velha arte de sobrevivência. Em tempos de necessidade as pessoas sobrevivem com a ajuda de uma economia de subsistência, uma rede de auxílio mútuo entre familiares, vizinhos e conhecidos. Já no tempo dos grandes latifundiários esta rede era uma garantia de sobrevivência, se bem que existissem poucos postos de trabalho, e estes, na maior parte fossem apenas sazonais. Hoje, o mesmo sistema ajuda as famílias a manterem-se fiéis à cooperativa, mesmo quando elas não podem pagar salários. Desta forma as cooperativas podem continuar a funcionar mesmo em situações nas quais as empresas capitalistas já não são rentáveis e estão na bancarrota. Além disso, a arte de improvisar (mesmo com meios muito escassos) e a ajuda mútua (ainda que por vezes existam conflitos) permitem, mesmo no seio das cooperativas, sobreviver economicamente ou conseguir maior solidez. Esta *economia de subsistência* colectiva é a resposta à «restauração dura» e a prova de que a Reforma Agrária tem força para sobreviver.

Deve também ter-se em linha de conta que ainda há um grande número de cooperativas economicamente estáveis e em crescimento e que o fenómeno dos salários em atraso e da redução da produção se observa também em larga escala no sector privado e mesmo no sector estatizado da economia portuguesa, devido à crise económica e à política governamental. Portanto, e em termos de comparação, as cooperativas da Reforma Agrária não estão de modo algum menos vivas do que a restante economia portuguesa, se bem que já não sejam o seu sector mais dinâmico, como em 1977.

4. A ESTRUTURA DUAL DA SOCIEDADE AGRÁRIA

Da perspectiva dos políticos e dos intelectuais também as reformas agrárias giram à volta das oposições entre visões do mundo e ideologias, numa alternativa irreconciliável entre os conceitos de «colectivismo» e de «propriedade privada». O partido a favor da propriedade privada acusa os seus opositores de opressão da iniciativa, da responsabilidade e da liberdade individuais — e aponta para o modelo soviético (na realidade não dinâmico). O partido a favor das colectivizações acusa os seus opositores de oprimirem a justiça social e a solidariedade através do egoísmo do mais forte.

Se encararmos as reformas agrárias como processos sociais empíricos, estas alternativas revelam-se abstractas. Uma reforma agrária só pode funcionar se existir um *equilíbrio* entre os interesses pessoais e os interesses colectivos e se este compromisso surgir de forma *democrática* e não como fruto de coerção. É que o equilíbrio entre interesses e necessidades tem de se orientar de acordo com as condições históricas locais. Mesmo nas modificações profundas das relações agrárias, a iniciativa pessoal fica bloqueada se não forem garantidas certas parcelas mínimas de propriedade, abrangendo a casa e uma pequena horta, e certas possibilidades de consumo e de tempos livres, assim como outros direitos familiares e individuais. O cerne da nova dinâmica na China, por exemplo, é precisamente a correcção destas deficiências. Teóricos agrários como Theodor Bergmann apontaram para a necessidade deste equilíbrio⁽¹⁸⁾. As nossas pesquisas sobre os processos sociais levados a cabo no distrito de Setúbal, nas quais me basearei neste ponto⁽¹⁹⁾, e aquilo que conhecemos sobre cerca de vinte outras cooperativas e suas uniões, mostraram que as diferentes aldeias e cooperativas se encontram estruturadas de formas muito diversas, mas que, para todas elas, este equilíbrio é o princípio básico do desenvolvimento. Decisivo foi sobretudo termos reconhecido que não se tratava de um princípio novo na sociedade rural, mas sim já muito antigo. Os processos de aprendizagem das cooperativas puderam servir-se das experiências e tradições antigas da cultura alentejana.

a) *Solidariedade e concorrência*

A estrutura social do Alentejo tem a sua origem histórica em duas formações sociais, a sociedade rural pré-capitalista e o latifúndio capitalista.

- (I) Em muitos aspectos a sociedade rural mostra ainda características da primitiva comunidade rural, espalhada pela Europa inteira. Nela as terras eram distribuídas democraticamente segundo os princípios da igualdade e da subsistência. Cada família recebia uma superfície de terra arável igual, suficiente para a sua subsistência. Todos, sobretudo os socialmente fracos, podiam servir-se dos bal-

⁽¹⁸⁾ Theodor Bergmann, «Portugals Agrarreform im Lichte der Theorie», in: M. Vester, *et. al.* (org.), *Die vergessene Revolution*, Frankfurt, 1983.

⁽¹⁹⁾ Cf. C. Stucke, *op. cit.* (nota 9); Rui Costa, *op. cit.* (nota 9); A. Rebers, *op. cit.* (nota 9).

dios para pastagens, pesca, recolha de lenha e caça. Os interesses pessoais e os solidários obedeciam a um equilíbrio minuciosamente regulamentado por costumes e convenções. Dado esta economia de subsistência não ser regulada por dinheiro ou por relações de mercado, mas sim pelos costumes (*mores*), ela constitui uma forma histórica de «economia moral». (20)

- (II) Desde a Reconquista no séc. XII que à comunidade rural se sobrepôs o *latifúndio*. Surgiu a nova distinção entre «monte» e aldeia. A grande propriedade veio a tornar-se capitalista. Ao lado do nexa moral surgiu o nexa financeiro, ao lado do trabalho de subsistência surgiu o trabalho assalariado, sobre a igualdade dos habitantes pobres da aldeia surge a hierarquia dos grandes proprietários ricos. A concentração da propriedade gerou uma polarização social. Existe agora um pequeno grupo de proprietários ricos, que politicamente estavam dependentes dos laifundiários, e o grupo vasto e heterogéneo dos plebeus ou do «povo», formado pelos pequenos agricultores mais pobres e pelos trabalhadores assalariados, que tinham perdido as terras.

A privatização das terras da comunidade pela política liberal do séc. XIX e a emigração em massa provocada pelas transformações estruturais no séc. XX intensificaram os conflitos de classe e os motivos para uma Reforma Agrária (21).

Formou-se assim uma sociedade de classes diferenciadas. No seu estudo, Cutileiro distinguiu quatro grupos principais: os latifundiários, os proprietários, os seareiros e os trabalhadores rurais (22). Esta estratificação ainda permite uma diferenciação mais profunda (23), de modo a poder ser incluído o grupo específico dos intelectuais. Por outro lado, e através da profunda diferenciação entre povo e patrão, formaram-se dois grandes campos:

(20) Cf. entre outros Georg Ludwig von Maurer, *Geschichte der Dorfverfassung in Deutschland*, 2 vols., Erlangen 1865 a 1866; *Einleitung zur Geschichte der Markt-Hof-Dorf- und Stadtverfassung und der öffentlichen Gewalt*, München 1854; Karl Marx, rascunhos de cartas a Vera Sassulitsch, 1881 (*Marx Engels Werke*, vol. 19, pp. 384-406); Karl Marx, Carta a F. Engels de 25/3/1868 (*MEW*, vol. 32, pp. 51-53); Werner Sombart, *Der moderne Kapitalismus*, München, 1902, Vol. III/1, p. 331 ss.

(21) José Cutileiro, *op. cit.*, pp. 15-117.

(22) *Op. cit.*, pp. 15, 57-87.

(23) Cf., entre outros, F. Oliveira Baptista, *op. cit.* (nota 7), pp. 9-80.

1) Uma minoria dos três grupos principais da aldeia gira na órbita dos «patrões» através de um sistema de *clientelismo* e de dependência económica.

2) A maioria dos plebeus forma a base do povo, onde os valores *igualitários* da antiga economia social ainda estão bem vivos. O mesmo inimigo, a mesma pobreza e opressão, a mesma marginalização e degradação sociais, o mesmo trabalho manual, a mesma entre-ajuda no quadro da economia de subsistência, criaram uma profunda tradição de *igualdade* — expressa no hino «Grândola Vila Morena». Por outro lado, há também *tradições* no seio do povo, que coincidem, em parte, com as diferenças entre pequenos agricultores e trabalhadores rurais, mas que muitas vezes também têm a ver com as próprias pessoas. De um lado a mentalidade é mais *tradicional*, «atrasada» e individualista, do outro, ela é mais *moderna*, esclarecida, e solidária. Esta mentalidade «moderna» baseia-se no facto de os habitantes da aldeia enquanto assalariados (e não enquanto agricultores) estarem sujeitos a uma socialização específica como trabalhadores. Através da experiência da divisão polarizada do poder, surgiu uma consciência da situação de classe e da força da solidariedade. O trabalho migratório e o trabalho noutras regiões, cidades ou países exigiram ainda uma atitude de abertura ao mundo, esclarecida e dinâmica.

As cooperativas da Reforma Agrária tiveram, ao longo da sua história, que lidar com estas oposições tradicional/moderno, concorrência/solidariedade. Os problemas que se seguem revestiram-se de especial importância:

- Patriarcado: As diferenças entre homens e mulheres, no que diz respeito aos salários e ao trabalho efectuado, ao estatuto e ao poder, e às tarefas que têm que desempenhar, só lentamente começam a alterar-se.
- Grupos etários: a discriminação dos jovens e também das pessoas idosas desamparadas, quando as cooperativas se encontravam em situação económica difícil.
- Camadas sociais: as diferentes origens sociais dos cooperantes trouxeram mecanismos hierárquicos e, em parte, de *clientelismo* para as cooperativas ou as aldeias.
- Mecanismos de clã: assiste-se a uma divisão em aldeias, parentescos, vizinhos, e famílias. A sua concorrência expressa-se sob a forma de desentendimentos e divisões no seio das cooperativas, por exemplo, quando há eleições para a direcção ou despedimentos.
- Oligarquização: nos quadros dirigentes que reúnem uma competência intelectual ou um poder especiais, acentuam-se as tendências burocráticas e autocráticas.

- Cultura hegemónica: sobretudo os habitantes mais jovens esperam escapar à pouca consideração de que gozam na aldeia tentando subir socialmente através da instrução, procurando as grandes cidades ou a sociedade de consumo, com as suas televisões, motorizadas, discotecas, e símbolos. A cultura popular defronta-se com a cultura comercializada e institucionalizada hegemónica.

Estes problemas foram produzidos mais pela estrutura da aldeia do que pelas cooperativas. Eles só podem ser resolvidos através de um longo processo de aprendizagem. Os problemas são muito diferentes consoante os sítios, períodos históricos e situação económica. Do lado conservador do espectro, encontramos cooperativas organizadas segundo clãs concorrentes, cooperativas que são dirigidas de forma autocrática por antigos seareiros, feitores, ou engenheiros agrónomos, e cooperativas que se encontram muito afastadas do «mundo» e nas quais mesmo os trabalhadores têm uma mentalidade de composeses tradicionais. Do lado dinâmico do espectro, encontramos cooperativas nas quais antigos trabalhadores da indústria, depois de terem voltado à aldeia, construíram uma democracia e uma economia efectivas, cooperativas cuja democracia vive de velhas tradições republicanas e antifascistas, e mesmo cooperativas nas quais as mulheres recebem os mesmos salários e ocupam as mesmas posições que os homens. Encontramos cooperativas que continuaram as monoculturas dos antigos senhores e outras que implantaram uma produção diversificada. Nalgumas cooperativas os jovens contam muito pouco, noutras espera-se bastante deles e há uma preocupação com a sua formação. Com o seguimento sistemático das nossas investigações, esperamos chegar a uma tipologia concreta das diferentes condições e vias de desenvolvimento das cooperativas do Alentejo.

b) *Homens e mulheres*

A situação das mulheres mostra-nos de forma bastante clara que os processos sociais de emancipação decorrem de forma mais lenta que, por exemplo, as transformações políticas ou legislativas. Também aqui se torna útil uma explicação histórica. Na antiga comunidade rural, a divisão do trabalho entre homens e mulheres era patriarcal, mas assegurava às mulheres o domínio de uma esfera que lhes pertencia em casa: a educação das crianças, a economia familiar, os trabalhos da casa e em torno dela. Cutileiro confirmou que ainda nos anos 60 o princípio «o homem na praça, a mulher na casa» tinha perfeitamente validade. O facto de a cozinha ser a divisão por onde

se entrava para o resto da casa constitui um indício de que a mulher tinha acesso ao mercado e ao espaço comunitário⁽²⁴⁾. Ao mesmo tempo existiam espaços vedados às mulheres, tais como a taberna, a caça, e a política. No entanto, o latifundismo e o trabalho assalariado pioraram a situação da mulher, tornando-a num exército de reserva no mercado de trabalho do homem, e atirando-lhe para cima o peso duplo dos trabalhos caseiros e do trabalho assalariado⁽²⁵⁾.

As cooperativas da Reforma Agrária tornaram esta discriminação um pouco mais suave através do direito de voto e da regra segundo a qual a média de salários das mulheres, sendo mais baixa, não deveria ser muito mais baixa do que a dos homens. Os sindicatos serviram-se do princípio «a trabalho igual, salário igual» (que pertence à tradição social-democrática da Europa Ocidental) para tentarem escapar ao problema. Tal como dantes, as mulheres fazem os trabalhos do campo mais penosos, enquanto os homens trabalham com máquinas, com o gado, etc. um trabalho também duro, é certo, mas mais bem pago. No domínio do poder e da economia das cooperativas, as mulheres não constituem *nenhum contrapoder*, antes se tornaram em regra novamente em exército de reserva, devido ao enfraquecimento das cooperativas pela acção do Estado. Segundo o nosso quadro (cf. atrás), elas incluem-se sobretudo no grupo dos trabalhadores temporários.

Mas existem também tendências opostas. Nos locais onde, tal como no distrito de Setúbal, a cultura do arroz, as culturas hortícolas, etc., são importantes, as mulheres representam muitas vezes uma maioria nas cooperativas e formam, assim, um *sector de oposição* que, até certo ponto, tem de ser tomado em consideração. Nas proximidades de Alcácer do Sal, existiu até à sua reprivatização a cooperativa «Flor Alentejana», que era dirigida apenas por mulheres, mesmo no que dizia respeito às máquinas e à gestão. Também na própria luta pela Reforma Agrária as mulheres se mostraram muitas vezes mais empenhadas que os homens. Este facto está talvez relacionado com as antigas tradições da luta de resistência plebeia, que davam às mulheres legitimidade para se manifestarem em público, dada a responsabilidade que tinham no sustento da família e no governo da casa (são disto exemplo Maria da Fonte ou Catarina Eufémia⁽²⁶⁾). Além disso, a Reforma Agrária permitiu que as

(24) José Cutileiro, *op. cit.*, pp. 100-112.

(25) C. Stucke, *op. cit.* (nota 9); G. Bargel, *op. cit.* (nota 9).

(26) Os levantamentos populares de 1846 e 1847 no Minho foram, como é sabido, dirigidos por mulheres. Este facto era comum

mulheres se movimentassem mais em *público*: elas comunicam umas com as outras no mercado, quando se encontram em grupos a trabalhar no campo, nas reuniões das cooperativas («depois dos homens») e nos grupos que à noite vão para as aulas de alfabetização, em vez de se ocuparem dos trabalhos domésticos. Partindo desta afirmação pública assente no papel tradicional da mulher (e não num ideal de emancipação) as mulheres conseguiram mesmo alcançar poder institucional nalgumas cooperativas, por exemplo, através da conquista de uma creche ou de um centro social. Além disso, as coisas passam-se nas cooperativas tal qual no resto da sociedade: são as mulheres quem está na base das emoções e da solidariedade de que as famílias, e mesmo as empresas, necessitam na sua luta pela existência. Apesar de muitos recuos, o potencial de mudança torna-se visível, ainda que seja apenas nas gerações mais jovens.

c) *Cultura tradicional e racionalidade capitalista*

Um outro problema diz respeito a saber-se até que ponto a «mentalidade económica» dos antigos trabalhadores da terra ou dos pequenos agricultores — tal como ela foi analisada, por exemplo, por Werner Sombart, Max Weber, e outros ⁽²⁷⁾ — é suficiente para ultrapassar os problemas de trabalho e organização das cooperativas, que, é bom lembrá-lo, são na maioria muito grandes. Os resultados das nossas pesquisas, que irão ser apresentados de seguida, não são representativos. Eles derivam de investigações levadas a cabo em aldeias do curso médio do Sado, que se situam relativamente isoladas, e nas quais, devido a este facto, a mentalidade é «mais tradicional». Nas outras cooperativas os problemas são provavelmente menos graves, embora também existam. A sociologia das mentalidades sociais, a começar por Bourdieu, ensina-nos que o trabalhador manual

nos movimentos plebeus de protesto, como mostram: E.P. Thompson, «The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century», *Past and Present*, 30, Fev. 1971; Georges Rudé, *The Crowd in History*, London, 1964.

⁽²⁷⁾ Werner Sombart, *Der moderne Kapitalismus*, 3 vols., München, 1902 ss. (sobretudo I/1, pp. 29-30, 319 ss., I/2, p. 800 ss.; II/1 pp. 36-64; II/2, p. 809 ss.; III/1, p. 331 ss, 424 ss.); Max Weber, *Die protestantische Ethik und der 'Geist' des Kapitalismus* (1905), in: M. W., *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*, vol. I, Tübingen 1920; M. Weber, *Wirtschaft und Gesellschaft*, Tübingen, 1956.

está ainda muito ligado aos seus antecessores camponeses no que diz respeito ao *habitus*, tradições e cultura ⁽²⁸⁾.

Os traços convencionais e conservadores da cultura plebeia da aldeia têm um significado duplo ou contraditório. Por um lado, eles criam barreiras à repressão e à alienação. Por outro lado, eles funcionam também como barreiras para os modos de actuar correctamente numa sociedade dominada pela *racionalidade capitalista* na qual também as cooperativas têm que sobreviver.

1) *Estrutura da personalidade*. As formas da *experiência*, de explicação do mundo e de expressão de pontos de vista e sentimentos são, de acordo com a tradição, de índole sobretudo *concreta* e *peçoal*. Os juízos objectivos e pessoais ainda constituem uma unidade. O comportamento humano não é explicado a partir de ideias mas a partir de interesses materiais, por exemplo, da procura de vantagens pessoais ou dos interesses de classe. A este materialismo corresponde um concretismo empírico, segundo o qual só é digno de crédito aquilo que é perceptível através dos sentidos. Deste modo esta visão concreta opõe-se à abstracção racional, de acordo com a qual a terra é redonda ou o capital se pode multiplicar a si próprio sob a forma de juros. O conhecimento das ciências da natureza, da escrita, das leis, da contabilidade, da economia, etc., faz parte, por um lado, das artes de manipulação da classe dominante. Por outro lado, ele torna-se necessário para a afirmação individual, e para resolver os problemas que as cooperativas têm com a administração, a agronomia, a tecnologia, o mercado, etc. Se esta aversão contra a racionalidade abstracta não for combatida, através de uma dinamização cultural e de processos de aprendizagem, pode acontecer que os problemas decorrentes do surgimento de novas elites de especialistas burocráticos e tecnocráticos no movimento cooperativo, não consigam ser resolvidos. Os progressos deste processo de aprendizagem revelam-se muito diferentes de local para local.

2) *Cultura*. Os padrões de valor sócio-culturais são contraditórios. Por um lado, vigoram normas rígidas de disciplina de trabalho e de tempo, de moral familiar e sexual, de costumes e de gosto. Este convencionalismo corresponde àquilo que Bour-

⁽²⁸⁾ Pierre Bourdieu, *La Distinction*, Paris, 1979, capítulo 7; H. Popitz/H. P. Bahrdt/E. A. Jüres/H. Kesting, *Das Gesellschaftsbild des Arbeiters*, Tübingen, 1957; Georges Friedmann, *Où va le Travail Humain?*, Paris, 1950.

dieu designou de *princípio do conformismo* nas classes baixas francesas. «O *realismo* extraordinário das classes baixas encontra a sua melhor explicação no mandamento implacável que a hegemonia deste universo social perceptível de forma imediata postula através do seu carácter fechado: só a linguagem existente, só o estilo de vida existente, só as afinidades existentes são aceitáveis. O campo das possibilidades é fechado» (29). Esta rigidez é, por um lado, importante para a sobrevivência, mas, por outro, impede a flexibilidade, a tolerância e a força individual de que as cooperativas necessitam para os processos de democratização e de desenvolvimento dinâmico. As convenções rígidas têm o seu *contrapeso* na avaliação positiva da *convivência* solidária, e no com-partilhar de *emoções* como a cordialidade, a raiva, o luto, a dor, a alegria em condições determinadas. Bourdieu fala de um *hedonismo realista*: «É claro que estão presentes todos os elementos de um estilo de vida: uma sabedoria adquirida através da experiência das carências, do sofrimento, e da humilhação, que está contida numa linguagem herdada, a qual é densa, mesmo nas expressões estereotipadas; uma predisposição para a alegria de viver, e para a festa, para a auto-realização e a solidariedade prática (isto ressalta dos adjectivos «folgazão» e «alegre», com os quais as classes mais baixas se identificam); resumindo, tudo aquilo que tem a ver com um hedonismo realista (e não resignado) e com um materialismo céptico (mas não cínico), que representam ao mesmo tempo uma adaptação às condições de existência e uma protecção contra elas...» (30). Também encontramos estes elementos na cultura rural do Alentejo, mas não como um sistema completamente desenvolvido, que pudesse evitar todas as manifestações de solidão ou depressão, de moral dupla ou de boatos, de inveja ou inimizade. Uma cultura de pessoas que são vítimas da miséria social não pode ser ideal e não deve ser idealizada.

3) *Ideias de sociedade e espaço social*. Juntamente com a cultura da sociedade rural entram também no debate as «*visões do mundo*», as representações que ordenam o espaço social entre «nós» e os «outros». Isto tem a ver com ideologia, poder, religião. A antiga divisão entre propriedade, igreja e poder político, por um lado, e povo, pelo outro, manteve muito do seu significado, preservando como preserva a experiência milenária de que a partir de cima e de fora só são de esperar a

(29) P. Bourdieu, *op. cit.*, p. 618.

(30) P. Bourdieu, *op. cit.*, p. 616.

violência e a fraude. O mundo social é dividido segundo a *dicotomia de pobres e ricos*, isto é, trabalhadores e não trabalhadores. A posição anticatólica, que predomina entre os homens, é muitas vezes justificada por o Padre não trabalhar mas antes se sentar à mesa dos ricos. E um trabalhador com um pouco mais de posses, para se fazer engraçado, define-se a si próprio como fascista, sinónimo de rico que não trabalha. Um carro grande só mesmo um fascista pode tê-lo.

Esta visão do mundo corresponde à velha experiência de camponeses e trabalhadores rurais frente a uma natureza e uma autoridade prepotentes, mas também à experiência de um mundo próprio delas demarcado, que vai buscar a sua identidade (sobretudo entre as gerações mais velhas) e a sua dignidade ao trabalho manual⁽³¹⁾. As dimensões da articulação do espaço social só podem aqui ser brevemente referidas por falta de espaço. Importante é também por exemplo, que a percepção social — de acordo com as circunstâncias — pode restringir-se ao segmento da aldeia ou alargar-se no sentido de uma abertura para o mundo. Uma outra contradição reside no facto de, dentro do mesmo campo, se poderem encontrar, ao lado do igualitarismo estrito, distinções hierárquicas ou a veneração de figuras dirigentes.

4) *Prática transformadora*: As posições quanto à intervenção prática nas relações sociais são também contraditórias. À dupla visão do mundo correspondem comportamentos *fatalistas* adquiridos, os quais, contudo em certas condições podem ser substituídos por um *activismo* bem definido. A experiência comum é a de que as transformações vêm de fora, e não dos próprios interessados. Mas também é possível que de fora e de cima venha algo de bom, como o bom tempo para as colheitas e a Revolução de Abril. O facto de que longas experiências históricas de impotência podem ser compensadas com esperanças milenaristas está também presente em Portugal com o Sebastianismo, a esperança no retorno do jovem rei desaparecido ou dos seus representantes modernos. Mas existe também um fatalismo realista, a capacidade de, esperando que passem, conseguir superar situações difíceis. Assim, por exemplo, durante a forte ofensiva de 1980, a reacção dos trabalhadores não foi o desespero, mas antes um «vai passar». A própria tradição activista tem fundamentos empíricos, primeiramente na prática do trabalho físico, que cria os valores e justifica a

(31) Cf. nota 28 e José Cutileiro, *op. cit.*, p. 59 ss.

certeza da dignidade pessoal e da importância na sociedade. Para os trabalhadores rurais que durante a sua vida ou através das suas tradições locais tiveram experiências militantes, esta é a fonte de um comportamento seguro de si próprio.

Estes dois aspectos não têm consequências apenas nas lutas políticas, mas também no dia-a-dia das cooperativas. Consoante as experiências, predominam a iniciativa e a solidariedade, ou a tendência para delegar a responsabilidade nas mãos de uma autoridade. Quer se seja mais ou menos fatalista, tudo isto faz parte do *cepticismo* camponês fundamental: não se acredita em nada que se não tenha experimentado. Isto significa que existe uma desconfiança enraizada face a actividades de direcção e gerência não controladas ou pouco claras — ainda que seja dentro da própria cooperativa. Mesmo as autoridades às quais são delegadas as decisões, são, em regra encaradas de forma céptica. O sistema de clientela (e a sua imitação, os santos como medianeiros junto de Deus-Pai) implica que um medianeiro caia em descrédito quando desilude⁽³²⁾.

5) *Opinião pública*. A opinião pública é uma categoria central da sociologia política, enquanto meio de esclarecimento, razão, democracia e emancipação⁽³³⁾. Juntamente com a Reforma Agrária foram introduzidos órgãos importantes da opinião pública, entre outros as sessões plenárias, as direcções eleitas, a liberdade de imprensa, etc. Mas existe uma dupla opinião pública que se divide em *comunicação formal* e *comunicação informal*. A democracia formal não é apenas insólita por ter estado proibida durante a ditadura fascista, mas também por, em comparação com os meios de comunicação «normais» da aldeia, ela se mostrar «artificial». Isto pode, por exemplo, transformar-se em problema quando uma cooperativa tem de tomar decisões importantes acerca de investimentos em gado numa nova máquina, etc., e na sessão plenária muitos não se atrevem a ir de encontro às palavras de porta-vozes consagrados, mas mais tarde não apoiam as decisões e tentam mesmo sabotá-las. O princípio do conformismo e o medo de sofrer inconvenientes fomentam a tendência para o boato, para a «má-língua», para o tentar esconder-se atrás de afirmações de outros, etc. A opinião pública informal como válvula para aquilo

(32) Cf. J. Cutileiro, *ob. cit.*, capítulos IV e V.

(33) Jürgen Habermas, *Strukturwandel der Öffentlichkeit*, Neuwied, 1962; Oskar Negt/Alexander Kluge, *Öffentlichkeit und Erfahrung*, Frankfurt, 1972; Hans Medick, *Plebejische Kultur, Plebejische Öffentlichkeit, Plebejische Ökonomie*, in: Berdahl et al., *Klassen und Kultur*, Frankfurt, 1982.

que é considerado «oficialmente» impróprio, não deve, porém, ser apenas tomada como «perturbação». Ela é também um importante mecanismo de regulação social, que pode contribuir para a solução de problemas. Um exemplo são os espaços públicos parciais dos homens, das mulheres, dos jovens, das pessoas de idade, das redes do sistema de subsistência, dos grupos no local de trabalho, etc. Eles são órgãos importantes, nos quais pode aprender-se a articular os interesses próprios e a tomar a responsabilidade pelo comportamento que se assume, assim como a compreender as relações entre as coisas.

Um grande problema metodológico dos cientistas que estudam a cultura e os costumes das classes baixas, são os ideais de racionalidade, que eles trazem do seu mundo de valores culturais burgueses. Da perspectiva de um método económico racional, ou de uma opinião pública burguesa racional, as formas acima descritas podem parecer caóticas, irracionais, atrasadas ou ineficazes. Georges Devereux recordou-nos, na sua obra *Ansiedade e Método nas Ciências Sociais* ⁽³⁴⁾, que podem ser também os nossos receios sobre a superioridade e a adequação ao real da nossa forma de racionalidade que nos impedem de reconhecer a razão noutros contextos culturais. Deste modo, podemos já sentir medo se sentirmos a falta de um princípio planificador consciente numa formação social. Maurice Merleau-Ponty apontou para o facto de as movimentações sociais não se desenrolarem segundo os parâmetros de uma racionalidade idealista (mas também nunca de uma maneira cega e elementar):

«É, por exemplo, muito duvidoso se os camponeses russos de 1917 se propuseram expressamente levar a cabo a revolução e a modificação das relações de propriedade. A revolução vai crescendo no dia-a-dia, através do encaideamento de objectivos mais ou menos próximos. Não é, de forma alguma, necessário, que cada proprietário se identifique como proletário, no sentido que um teorizador marxista atribui a esta palavra. Basta que jornaleiros ou rendeiros se sintam a caminhar para um local de reunião, em direcção ao qual os trabalhadores das cidades estão também a marchar. Os caminhos de ambos conduzem à revolução, que talvez os tivesse assustado, se lhes tivesse sido descrita ou apresentada ⁽³⁵⁾.

⁽³⁴⁾ Frankfurt, Berlin, Wien 1976 (*From Anxiety to Method in the Behavioral Sciences*, 1967).

⁽³⁵⁾ Maurice Merleau-Ponty, *Phänomenologie der Wahrnehmung*, Berlin, 1966 (*Phénoménologie de la Perception*, Paris, 1945), p. 505.

Merleau-Ponty dá ao mesmo tempo indicações acerca das condições que libertam os potenciais da dinâmica social ou os bloqueiam:

«É com razão que se afirma que não é de forma alguma a mais profunda miséria que gera os revolucionários mais conscientes, mas esquecemo-nos de colocar também a questão de saber porque é que muitas vezes uma melhoria da conjuntura traz consigo a radicalização das massas. Isto deve-se ao facto de a diminuição da pressão sobre a vida proporcionar uma reestruturação do espaço social: os horizontes deixam de estar restringidos às necessidades imediatas, surge um campo de acção onde se podem fazer novos projectos para a vida» (36).

d) *As «pessoas normais» e as «vanguardas» nos processos de aprendizagem*

A revolução de 1974/75 diminuiu a pressão e possibilitou uma reestruturação do espaço social. Mas as novas experiências também provocaram insegurança. A revolução abalou não só os agentes de repressão externos, mas também os internos e os modelos de orientação habituais das pessoas. A libertação do estado de menoridade e a nova opinião pública tornaram também mais visíveis os conflitos no seio do povo, e cada qual tinha de responsabilizar-se pelas suas palavras. A nova autogestão nas cooperativas, e nas comissões de moradores trouxe, por isso, novas obrigações. A nova participação política abalou também o pensamento em termos de clientela: muitos velhos porta-vozes desiludiram. O tipo de experiência tradicional concreta passou a não funcionar perante as novas necessidades económicas. Assim, muita gente começou a sentir aquilo a que Erich Fromm chamou «o medo da liberdade» (37). Surgiu a tentação de fazer regredir tudo para os padrões antigos: devolver a responsabilidade às autoridades, pôr de parte as sessões plenárias e os conflitos, procurar bodes espiatórios em vez de exercer a autocrítica, etc. A abertura do espaço social a novos projectos de vida nem sempre actuou no sentido da emancipação mas sim como abertura às tentações do meio capitalista para tomar parte na concorrência pelo consumo, pelo estatuto e pela ascensão sociais e esquecer a solidariedade. As novas inseguranças tornaram também necessária uma reestruturação do Eu, da estrutura psíquica da pessoa. Só um *eu* forte pode assi-

(36) *Op. cit.*, p. 506.

(37) Erich Fromm, *Escape from Freedom*, New York, 1947).

mlar ofensas, medos, etc., de forma consciente. Mas como o desenvolvimento do *eu* se faz essencialmente na socialização a partir da infância, as transformações iniciadas em 1975 são um trabalho de duração longa, talvez mesmo de gerações.

O que até agora referi nesta breve síntese de estudos mais aprofundados sobre a sociedade rural diz, sobretudo, respeito às chamadas pessoas «normais» e «médias», que têm dificuldade em transgredir fronteiras. Há, no entanto, por todo o lado pessoas que já no dia-a-dia, que parecia estar predeterminado, ultrapassam as fronteiras do comum. São eles os sonhadores, os rebeldes, os não-integrados, os fanáticos religiosos, os ávidos de aprender, e aqueles que no dia-a-dia ou nas lutas se sacrificam, dando aos outros, que estão presos nos limites da miséria quotidiana coragem, energia e orientação. Quero designar estas pessoas de *camada intelectual no seio* do povo. A inteligência, no sentido de abertura para perspectivas mais amplas, não é privilégio da burguesia culta, surge em todos os meios sociais. Encontrámos, sobretudo, dois grupos destes «intelectuais do povo». Na região de Grândola e em todo o Alentejo existe ainda hoje um grupo de *poetas populares*, na sua maioria velhos e analfabetos, que compõem de cabeça as décimas, poemas que reflectem como que uma elaboração filosófica das experiências sociais ⁽³⁸⁾. Na geração mais jovem, travámos conhecimento com uma vanguarda de trabalhadores rurais, que, de forma *auto-didáctica*, se transformaram em especialistas da agricultura, até ao nível da CEE, ou em especialistas noutros campos. É deste último grupo que provêm quase todas as pessoas activas das direcções das cooperativas. Sem eles, importantes investimentos, inovações, experiências e diversificações nas cooperativas não teriam sido levadas a cabo, mas também não teriam ocorrido algumas modificações da cultura e da consciência. Isto não aconteceu sem conflitos com os cooperantes «normais», que a princípio não queriam reconhecer porque é que os velhos caminhos haviam de ser abandonados, porque é que as monoculturas dos latifundiários haviam de ser modificadas ou se deveria investir em vez de aumentar os salários. Nestas cooperativas alcançou-se mais do que naquelas cuja gerência estava nas mãos de antigos feitores ou seareiros. É necessário não esquecer que o facto de se fazer parte da intelectualidade não torna as pessoas ideais, mas traz também consigo o problema da acumulação de poder e de privilégios. No entanto, estes pro-

⁽³⁸⁾ Cf. Carlos Curto (org.), *Um Poema Chamado Grândola. Poesia Popular*, Grândola, 1982.

blemas podem ser corrigidos através de processos de aprendizagem internos. Se se tratasse de uma direcção administrativa e política vinda de fora tudo seria diferente.

5. PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO:
ECONOMIA DUAL E ECONOMIA MORAL

A tese das nossas investigações, que aqui estão apenas resumidamente esboçadas, é a de que a Reforma Agrária no Alentejo tornou bastante claro o potencial de *desenvolvimento auto-centrado* de uma região até agora marginalizada. Isto tornou-se possível porque não se seguiu um «modelo» imposto de fora, seja ele comunista, seja ele capitalista. O estudo empírico das cooperativas da Reforma Agrária mostra, pelo contrário, que a energia e a orientação da Reforma Agrária foram sobretudo determinadas pelos próprios homens e mulheres das aldeias alentejanas, se bem que através de um processo social contraditório.

Foi sobretudo a *economia moral*, historicamente transmitida pela cultura e a economia de subsistência das aldeias, que determinou o desenvolvimento das cooperativas, que abrangiam um terço do Sul de Portugal. O princípio económico seguido não foi o da maximização do capital (que em regra significa o poupar de mão-de-obra, substituindo-a por máquinas), mas sim uma *economia do trabalho*, tal como foi analisada sobretudo por Afonso de Barros, corrigindo uma lacuna em Marx (³⁹).

O princípio dessa economia era a criação de muitos postos de trabalho garantidos e uma organização interna democrática. Antes de 1975, reinava o desemprego no Alentejo, gerando, assim, uma motivação para trabalhar agora mais e melhor, para aumentar a produção e os investimentos. Mas não foram apenas os interesses económicos «racionais» das pessoas que deram forma às cooperativas, mas também fins sociais, em especial o objectivo de conseguir um *equilíbrio* entre dois valores centrais: a *solidariedade* de todos e a *autonomia* de cada um. O princípio da coesão social não era apenas o da troca de mercadorias (divisão do trabalho, mercado, dinheiro, interesses), mas também a *coesão* pelos *costumes* (daí «economia moral»,

(³⁹) Cf. Barros, *op. cit.* (nota 5). Marx subordinou as lutas operárias pelas dez horas de trabalho à «economia política do trabalho», mas não desenvolveu nunca cabalmente esta concepção (K. Marx, *Alocução Inaugural à Associação Internacional dos Trabalhadores*, *Marx Engels Werke*, vol. 16).

de *mores*), que não absolutizava os interesses individuais mas lhes dava um equilíbrio solidário e, além disso, os coordenava com as necessidades e as estruturas emocionais e pessoais de cada um ⁽⁴⁰⁾. Estes princípios da economia do trabalho e da economia moral levaram, se bem que nem sempre e em toda a parte da mesma maneira ou de uma forma ideal, não apenas a investimentos económicos, mas também sociais e culturais, a uma maior igualdade e autodeterminação no trabalho, à ajuda mútua e à protecção dos fracos. Para além disso, a velha *economia dual* do Alentejo continuou a existir: se os postos de trabalho nas cooperativas ou explorações privadas não estão garantidos, a economia de subsistência paralela das aldeias ajuda as famílias.

Para que se possa compreender plenamente o funcionamento destas economias, ainda há muito que investigar e muitas insuficiências da teoria a corrigir. Neste trabalho ser-nos-ão sobretudo úteis a sociologia etnológica (Cutileiro, Bourdieu, Devereux, Muchembled) e os historiadores e empiristas da economia moral (Maurer, Sombart, Thompson, Scott) ⁽⁴¹⁾. De acordo com eles, são mais as forças exteriores do que as interiores que bloqueiam a auto-ajuda da sociedade rural.

(Tradução de Margarida Maria Gomes)

⁽⁴⁰⁾ Cf. também E. Durkheim, *De la division du travail* (1983); *Le suicide* (1897).

⁽⁴¹⁾ Cf. notas 2, 8, 9, 20, 27; Robert Muchembled, *Culture populaire et culture des élites dans la France moderne (XV^e-XVIII^e siècles)*, Paris, 1978.